

VEIGA, Raul

*dep. fed. RJ 1909-1917; pres. RJ 1918-1922; dep. fed. RJ 1927-1930.

Raul de Moraes Veiga nasceu na fazenda da Barra, em São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes (RJ), no dia 24 de outubro de 1878, filho de João Henriques da Veiga e de Antônia da Silva Moraes. Sua mãe pertencia a família de grandes proprietários rurais e cafeicultores, enquanto seu pai, médico, era sobrinho do comissário de café Feleciano José Henriques, que tratava dos interesses da família Moraes no Rio de Janeiro. Seu primo José Antônio de Moraes foi deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro de 1918 a 1920 e de 1924 a 1930.

No final da década de 1880, o casal João Henriques e Antônia mudou-se para Nova Friburgo (RJ) para garantir a educação dos dez filhos nos colégios da cidade. Assim, Raul estudou no Colégio Anchieta. Concluiu o curso secundário no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no Colégio João Alfredo, ingressou na Escola Politécnica e formou-se em engenharia civil em 1899. Depois de formado, trabalhou em Niterói, onde foi engenheiro da Comissão de Saneamento de 1904 a 1905 e entrou em contato com o grupo político liderado por Nilo Peçanha. Presidente do estado do Rio de 1903 a 1906, Nilo seria também vice-presidente, de 1906 a 1909, e presidente da República, de 1909 a 1910.

Em 1906 Raul Veiga foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Fluminense (PRF). Tinha suas bases políticas no município de São Francisco de Paula, assim como o primo José de Moraes. Na Assembleia estadual, logo integrou a Comissão de Obras Públicas e depois a Comissão de Finanças. Em 1909, ao final da legislatura, não concorreu à reeleição, pois se candidatou a deputado federal. Foi eleito com o apoio de Nilo Peçanha, e da mesma forma o apoiou, e ao PRF, nas diversas crises políticas ligadas às disputas eleitorais que levaram à presidência estadual Alfredo Backer (1907-1910), Oliveira Botelho (1910-1914) e o próprio Nilo, pela segunda vez (1914-1917). Foi sucessivamente reeleito deputado federal até 1917. Durante esses anos, foi secretário da Câmara dos Deputados e membro da Comissão de Obras Públicas.

Depois da saída de Nilo Peçanha do governo estadual para assumir o Ministério das Relações Exteriores, em maio de 1917, iniciaram-se as discussões no PRF envolvendo a sucessão estadual do ano seguinte. Dois nomes surgiram como possíveis candidatos do partido: João Guimarães, líder campista e sem ligações políticas fora do estado, e Raul Fernandes, deputado federal desde 1909. Raul Veiga apoiou o segundo, mas, evitando o racha político no PRF, Nilo Peçanha influenciou os dois candidatos a recusarem a indicação. Raul Veiga e Raul Fernandes passaram então a articular a candidatura do próprio Nilo para o seu terceiro mandato no governo do estado, e os deputados estaduais simpáticos a essa ideia propuseram uma reforma constitucional que lhe garantisse legitimidade. Nas eleições para o Congresso Nacional de março de 1918, a chapa que receberia o apoio do PRF foi definida por Raul Fernandes, suplantando a comissão executiva do partido. Desse modo, na tentativa de mais um reeleição, Raul Veiga não recebeu o apoio de seu partido e foi derrotado em seu distrito eleitoral por seu primo José de Moraes, que foi eleito deputado federal. Por sua vez, Nilo Peçanha, que teve seu nome aclamado na convenção do PRF para a escolha do candidato ao governo estadual, recusou sua indicação e recomendou a candidatura de Raul Veiga. A proposta foi aceita pelo partido e não houve necessidade de uma nova reunião para homologá-la. Em julho Raul Veiga foi eleito e assumiu a presidência do estado em dezembro de 1918.

Durante seu governo, as bases políticas do nilismo foram abaladas. Nilo Peçanha, na sucessão presidencial de 1919, apoiou Rui Barbosa, que foi derrotado por Epitácio Pessoa, eleito presidente da República (1919-1922). Com isso, a oposição ao nilismo, liderada principalmente pelo ex-presidente estadual Oliveira Botelho (1910-1914) e por Feliciano Sodré, ganhou mais espaço político no estado e teve mais força e recursos eleitorais. Em maio de 1920, o PRF realizou uma convenção já pensando na sucessão presidencial de 1922, na qual pretendia eleger Nilo Peçanha. Durante a convenção ficou definido que a executiva do partido deveria ser controlada por políticos influentes na esfera federal, em uma tentativa de dirimir as divergências entre Nilo e o governo federal, e assim fortalecer seu nome para as próximas eleições presidenciais. Também se formalizou a passagem da

liderança do partido para Raul Veiga, pois logo depois do encontro Nilo viajou para a Europa, de onde só retornaria em junho de 1921. Além disso, depois dessa convenção, os nilistas passaram a referir-se a seu partido como Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), em vez de PRF, sigla que passou a ser adotada pela oposição.

Após toda essa articulação política, Nilo Peçanha foi candidato à presidência da República na chapa da Reação Republicana, mas foi derrotado em março de 1922 por Artur Bernardes (1922-1926). Com essa derrota no âmbito federal, o nilismo fluminense entrou em derrocada. Na sucessão estadual desse mesmo ano, o PRRJ lançou Raul Fernandes ao governo, enquanto a oposição apoiou Feliciano Sodré. O pleito realizado em 9 de julho foi marcado pelo estado de sítio decretado no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal devido à revolta irrompida em 5 de julho na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. O movimento, que envolveu também a guarnição de Mato Grosso e iniciou o ciclo das revoltas tenentistas da década de 1920, foi deflagrado em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Eptácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Realizada a apuração da eleição fluminense, ambas as chapas concorrentes, alegando fraude na contagem de votos do oponente, proclamaram eleitos os seus candidatos. Poucos dias depois, deveriam ser reconhecidos na Assembleia Legislativa (ALERJ) os deputados estaduais eleitos em dezembro anterior. A oposição nilista, derrotada nesse pleito, pretendia comparecer à seção de reconhecimento e rebelar-se contra a diplomação dos novos parlamentares. Tentando evitar essa manifestação, no dia 17 as forças situacionistas colocaram tropas da polícia no prédio da ALERJ, para impedir o ingresso de seus opositores, os quais, diante dessa proibição, ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói e formaram outra Assembleia, declarando-se o verdadeiro Poder Legislativo estadual. Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Por temerem que o novo presidente Artur Bernardes decretasse a intervenção federal no estado do Rio,

os nilistas apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse a posse de seu candidato. Atendido o pedido, Raul Fernandes foi investido na presidência do estado, recebendo o cargo de Raul Veiga no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos nilistas. Enquanto isso acontecia, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central. Alegando a duplicidade de poderes no Rio de Janeiro, Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado e em 10 de janeiro de 1923 entregou o Executivo fluminense a Aurelino Leal. O interventor anulou as eleições legislativas de dezembro de 1921 e a de julho de 1922, marcando outras para outubro de 1923. Feliciano Sodré concorreu novamente e foi eleito com o apoio de Bernardes para o período de 1923 a 1927.

Após essa derrota, Raul Veiga e o grupo nilista só se reorganizaram em fevereiro de 1926, quando lançaram um manifesto apoiando a candidatura de Washington Luís à presidência da República. Com essa atitude de apoio ao mesmo candidato de Feliciano Sodré, o PRRJ procurou se conciliar com o governo estadual, mas sem perder seu caráter de oposição. Com a vitória de Washington Luís (1926-1930), o PRRJ formou uma nova executiva, liderada por Raul Veiga, e em 4 de dezembro de 1926 realizou uma nova convenção, na qual foi debatida a aproximação com o governo na indicação do candidato às eleições para o governo estadual. O grupo liderado por Raul Veiga defendeu o acordo com o governo de Sodré e o apoio ao candidato do PRF Manuel Duarte, enquanto a outra facção, chamada de “nilistas vermelhos”, liderada por Maurício de Lacerda, ex-deputado federal (1912-1920), defendeu a candidatura de João Guimarães. A maioria do PRRJ decidiu pela ratificação da candidatura de João Guimarães e pela participação nas eleições federais, estaduais e municipais de 1927. Os “nilistas acordistas”, derrotados internamente, passaram a se autodesignar “membros dissidentes do PRRJ”, e lançaram as candidaturas avulsas de Raul

Veiga, Maurício de Medeiros e Eduardo Cotrim Filho para a Câmara dos Deputados nas vagas destinadas à oposição.

Nesse pleito, realizado em fevereiro de 1927, Raul Veiga foi eleito deputado federal. Em 1930 concorreu à reeleição, sendo incluído, como nilista acordista, na chapa apoiada pelo PRF e pelo presidente estadual Manuel Duarte (1927-1930). Reassumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, mas teve seu mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Com o fim da Primeira República, retirou-se da vida política.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1947.

Foi casado com Orlinda Martins da Rocha, com quem teve seis filhos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (1889-1917); ASSEMB. LEGISL. RJ.

Disponível em:

<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/raul_veiga.html>. Acesso

em: 17/3/2011; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; COL. BRAS.

GENEALOGIA. Disponível em:

<http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 17/3/2011;

FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*.